

Afinal, para que serve a história?

After all, what is history for?

NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 256 p.

João Couvaneiro

couvaneiro@gmail.com
Professor Adjunto
Instituto Piaget
Rua Ramiro Ferrão, 29/10ºD
2805-346 - Almada
Portugal

Palavras-chave

Conhecimento histórico; História da historiografia; *Historia magistra vitae*.

Keywords

Historical knowledge; History of historiography; *Historia magistra vitae*.

246

Recebido em: 1/4/2013
Aprovado em: 31/5/2013

O cotidiano das sociedades que vivem conjunturas de crise convoca a necessidade de se encontrarem soluções urgentes para as disfunções instaladas ou emergentes. Nestas há uma certa tendência para o improviso imediatista, no qual as respostas encontradas têm frequentemente uma epidérmica dimensão reflexiva. A consagração desta atitude, que promove a técnica em detrimento da ciência, faz com que a experiência e o conhecimento do passado raramente sejam levados em linha de conta, na definição das opções do presente. Neste contexto, tende a considerar-se a história e, de uma forma mais geral, os saberes humanísticos como luxos ou frivolidades de eruditos.

Nem sempre a tendência para o descurar da experiência passada foi prática prevalecente. A centúria de Oitocentos foi particularmente fértil no desenvolvimento de abordagens historiográficas. Nesse período muitos historiadores se afirmaram como pedagogos e ideólogos da nação, colocando o conhecimento que tinham do passado ao serviço da condução das sociedades.

Os textos reunidos no livro *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*, resultam de um desafio lançado pela organização do Seminário Nacional de História da Historiografia, que decorreu em Agosto de 2009, na Universidade Federal de Ouro Preto (<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/anais.html>). O volume, organizado por Fernando Nicolazzi, Helena Miranda Mollo e Valdei Lopes de Araujo, reúne uma dúzia de textos que abordam, de forma poliédrica, a questão enunciada.

É possível aprender com a História? Quais as formas de aprender com a História? Qual o eventual alcance dessas aprendizagens? São questões que ecoam na sofisticada análise produzida pelos diversos autores.

247

Metodologicamente rigorosos, narrativamente fluidos e desafiadamente reflexivos, a generalidade dos textos encontra-se nutrida de referências que caucionam as interpretações propostas, são acessíveis a um amplo espectro de leitores e convocam à continuidade da reflexão.

O livro organiza-se em duas partes. Uma primeira que se consagra aos "Desafios teóricos do tempo presente", para o qual contribuíram Hans Ulrich Gumbrecht, Manoel Salgado Guimarães, Sérgio da Mata, Ethel Mizrahy Cuperschmid e Rodrigo Sá Motta. Uma Segunda parte que, sob o título "As histórias da questão", reúne um conjunto de textos da autoria de João Paulo Pimenta, Valdei Lopes de Araujo, Márcia de Almeida Gonçalves, Moema de Rezende Vergara, Felipe Charbel Teixeira, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin.

O espaço disponível para esta recensão não permite capturar cabalmente a diversidade expressa nos artigos, a amplitude das abordagens e das temáticas. Como sempre, só uma leitura completa permite fazer jus aos méritos dos trabalhos compilados.

A obra é prefaciada por Estevão Chaves de Rezende Martins, que recorre a uma epígrafe lapidar de S. Agostinho: *Nos tempora sumus*. Trata-se de um autêntico programa discursivo, que precede e ilumina esse texto que tem o título feliz de "História: filha e mestra do tempo". Nele sustenta que se aprende com a história, visto que a cultura histórica acumulada forma um acervo, sobre o qual o presente lançará questões, que permitirão elaborar a consciência e o pensamento históricos.

Helena Miranda Mollo assina a introdução do livro com o texto “Formas e dúvidas sobre como aprender com a história: um balanço”. Nele a autora reitera a poderosa ideia de que a história não só acontece no tempo, mas também através dele. Rezende Martins havia alertado para a hipótese do historiador, por via de processos explicativos, poder contribuir para melhorar a relação normativa com o passado. No mesmo sentido vai a concepção de Beatriz Sarlo, referida páginas adiante no artigo de Manoel Luiz Salgado Guimarães, para quem o passado é, antes de mais, uma captura do presente.

Acompanhando a reflexão de Hans Ulrich Gumbrecht, Helena Miranda Mollo salienta que o capital de conhecimento acumulado pela história não permite que se instaure a tentação de mobilizar o conhecimento histórico com vista a domesticar a imprevisibilidade do futuro. A cognição do passado, num quadro pós-positivista, furta-se a um regime de leis, tornando-se a vocação prospectiva menos operativa e mais baças as suas sugestões. Como lembra a professora da Universidade Federal de Ouro Preto, é a percepção da impossibilidade de se aprender com a história que leva a que seja mais questionado o seu papel.

O fascínio pelo passado não dá mostras de diminuir. Segundo Gumbrecht, parece tratar-se de algo antropológico, algo que aparentemente constituiu uma característica matricial das sociedades humanas. Permanece o culto da memória, o esforço de imitação de figuras paradigmáticas e o recurso a exemplos idos.

Apesar do imorredoiro interesse pela história, não existe uma efetiva e inabalável crença no seu valor educativo, nem na capacidade da historiografia oferecer exemplos do passado que permitam projetar predições, que sirvam de orientação segura para a ação. Assim, o interesse pela história não decorre já de uma utilidade instrumental, operativa na condução do quotidiano das sociedades.

248

O texto do saudoso Manoel Luiz Salgado Guimarães intitula-se “História e erudição”. Nessas páginas, percorreu sobretudo a vida de João Pedro Ribeiro (1758-1839), doutorado em Cânones pela Universidade de Coimbra e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, que foi o professor da primeira cadeira de diplomática em Portugal. Deve-se-lhe o levantamento dos cartórios espalhados pelo reino, com intuito de proceder à preservação e crítica documental, que terá contribuído para produção moderna dos arquivos de fontes, recursos essenciais para a geração dos primeiros denominados historiadores, entre os quais se ergue e destaca o nome de Alexandre Herculano (1810-1877).¹

Com o título “Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico”, o texto com que Sérgio da Mata contribuiu para este volume aborda a redescoberta da problemática dos valores e da moral. Na senda de Thomas Luckmann, lembra que a moral é social e culturalmente construída e transmitida. Assumindo que toda a ação comunicativa pode ser também considerada comunicação moral, entende a historiografia como um processo de comunicação moral indireta.

¹ A este respeito vide: SILVA 2010. Este trabalho foi inicialmente orientado por Manoel Luiz Salgado Guimarães e posteriormente, em função do agravamento do seu estado de saúde, passaria a ser orientado por Jacqueline Hermann.

A pluralidade da história é, desde sempre, uma das suas características; não obstante, o contorno das suas fronteiras tem sido cada vez mais transposto e os seus territórios partilhados. Deste encontro resultam desenvolvimentos nas práticas historiográficas, no recurso a novos cruzamentos disciplinares, novas formas de comunicar o conhecimento do passado e novos usos para a história.

Sob o título "Narrativa do Holocausto em quadrinhos: desafios e conquistas", o texto de Ethel Mizrahy Cuperschmid aborda a obra do ilustrador Art Spiegelman, nomeadamente os dois volumes de *Maus* ("A história de um sobrevivente" e "Foi aí que começaram meus problemas"), que narram a história do pai do autor, que sobreviveu aos campos de concentração nazis. Se algumas das "histórias em quadrinhos" são meros produtos de entretenimento, noutros casos tratam-se de criações que legitimamente merecem ser consideradas como manifestações da nona arte. No caso de *Maus* estamos perante um testemunho, um romance gráfico comprometido com a memória, uma obra aberta, multifacetada e interdisciplinar.

O recurso a esta forma distinta de contar a história, recorrendo a um outro tipo de linguagem, com grande poder de síntese, pode conter uma assinalável inteligência narrativa e utilidade na divulgação do conhecimento histórico. Para o caso da história contemporânea de Portugal, nomeadamente para o período da Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1974), vale a pena a leitura da obra de João Paulo Cotrim e Miguel Rocha, editada em 2006 sob o título *Salazar: agora e na hora da sua morte*.

Questões como o genocídio de judeus durante a Segunda Grande Guerra, os golpes de 1937 e 1964 no Brasil, foram abordadas no texto a que Rodrigo Patto Sá Motta deu o título "Pesquisar experiências autoritário-repressivas recentes: dilemas e riscos". Nele, recorda que a abordagem de temáticas da história recente é portadora de problemas acrescidos, que decorrem, em muitos casos, do facto do historiador ter de se confrontar com testemunhas vivas, que o interpelam com argumentos e privilégios que lhes advêm de vivências cuja recordação foram processando com base nas idiossincrasias de cada um. Nesse sentido, o autor distingue a memória e a história, referindo que a primeira tem como compromisso uma "fidelidade" ao passado e a segunda à "veracidade".

Sá Motta aborda ainda a invasão que a memória faz do espaço público, frequentemente ao serviço de estratégias de disseminação e legitimação de mensagens políticas, no quadro de disputas de memórias ideologicamente agregadas, que se mobilizam para promover causas passadas, presentes ou futuras.

A segunda parte do livro, organizada sob o título aglutinador de "As histórias da questão", começa por apresentar um texto de João Paulo G. Pimenta intitulado "Passado e futuro na construção de uma história do Brasil no século XVIII". Partindo de premissas de Reinhart Koselleck, atribui às categorias de passado e futuro valor na análise de realidades sociais. Estas duas dimensões temporais conferem inteligibilidade à construção de uma narrativa unificadora do colectivo. Como demonstra o autor, a historiografia portuguesa setecentista começa a ter como parte integrante o tema da história do Brasil, que se vai legitimando como realidade coesa. Verifica-se, então, a afirmação de uma identidade americana

alargada, que se suplanta às especificidades regionais, mas não deixa de se integrar na identidade portuguesa.

No texto com que colabora no livro, Valdei Lopes de Araujo procura avaliar a permanência e dissolução da concepção da *historia magistra vitae* na historiografia contemporânea. Esse conceito de antigas raízes terá permanecido como lugar comum, uma espécie de continuidade que ocorre, não por inércia, mas como novo uso em contexto distinto da experiência clássica.

O contributo de Márcia de Almeida Gonçalves surge sob o título "Aprender com o outro? Lições do mundo histórico nas biografias de Octávio Tarquino de Sousa". No transcurso contextualizador refere-se especialmente aos contributos que emergem com a obra de Wilhelm Dilthey como forma de fundamentar filosoficamente as "ciências do espírito", procurando mostrar "a vida como ela é". Versando sobre o período da história da historiografia brasileira que decorre de 1920 a 1950, a autora desenvolve a análise da dimensão pedagógica da história, suas formas e funções, atendendo particularmente à perspectiva das narrativas biográficas.

Moema de Rezende Vergara escreveu sobre "As representações de ciência em espaços de divulgação no Brasil Oitocentista", aí abordou a questão das diferenças existentes entre a comunicação de pares e a vulgarização científica. Tal como um pouco por todo o mundo ocidentalizado, a circulação do conhecimento fazia-se, no século XIX, em clubes, conferências, cursos e exposições. Contextos que ampliaram significativamente os meios de construção da consciência histórica. Nessa época surgem simultaneamente contributos de indivíduos com reduzida preparação teórico-metodológica, a par do trabalho de académicos que ganha visibilidade junto de um público que parece ser cada vez mais alargado.

250

O contributo que Felipe Charbel Teixeira fez para o debate no congresso vem expresso no texto "O que se pode aprender com a história? As sentenças prudenciais e o género histórico em Leonardo Bruni e Nicolau Maquiavel". Para além da interessante abordagem à obra dos autores italianos, nestas páginas é focada a questão da utilidade da história, evidenciando-se a permanência corriqueira de ser mestra da vida amplificada, nos séculos XV e XVI, como ferramenta ético-retórica.

Coube a Fernando Nicolazzi a autoria da comunicação "Como se deve ler a história: Jean Bodin e a *ars historica* do século XVI". O texto começa com a caracterização do cosmopolitismo vivido na Europa de Quinhentos e as consequências desse tipo de ambiente para as práticas intelectuais. Aí demonstra que apesar da carência de tratados metodológicos, entre os alvares da modernidade e os primeiros clarões do iluminismo, as obras pertencentes ao género *ars historica* teriam elencado os preceitos para as boas práticas historiográficas, garantindo os princípios fundamentais de validade para o saber sobre o passado. Em 1566, Jean Bodin na sua obra *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*, concorreu para esse debate. A sua intervenção terá sido das que mais ecos obteve no estabelecimento de preceitos normativos. Justificando a sua utilidade social e política, visava a construção de uma história que conservasse a sabedoria antiga; integrasse o conhecimento das outras artes e que antevisse novos horizontes de experiência.

O último texto do livro é assinado por Rodrigo Turin e surge com o título: "Entre antigos e modernos: notas sobre o *De nostri temporis studiorum ratione* (1708) de Vico". A obra do filósofo napolitano abordada nestas páginas foi escrita com o propósito de ser lida como oração de sapiência que visava convocar os alunos a dedicarem-se com afinco aos seus estudos. A partir dela se caracterizam as referências, a produção e o legado de Vico. Realçando-se os principais marcos da sua afirmação na República das Letras e apresentando chaves interpretativas que permitem perceber a conciliação que o autor procurava estabelecer entre os modos de saber antigo e moderno.

Ao longo dos diversos artigos verifica-se uma enorme qualidade no tratamento das fontes, na revisão de boa parte da literatura fundamental e do esforço de síntese, que permitem repensar e dar sentido a uma questão antiga. Não que a história seja ainda mestra da vida, mas há na expressão formulada por Cícero algo que nos ilumina ainda, persistindo a compulsiva preocupação de justificar a utilidade desta disciplina científica, como se não fosse bastante a virtude de procurar conhecer e transmitir a experiência humana.

Referências bibliográficas

COTRIM, João Paulo; ROCHA, Miguel. **Salazar**: agora e na hora da sua morte. Lisboa: A. M. Martins Pereira, 2006.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, n. 2, p. 163-209, maio 2009.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **Maquinações da razão discreta**: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814), Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SPIEGELMAN, Art. **Maus**: a história de um sobrevivente. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Maus**: e foi aí que começaram meus problemas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.